



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

**REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE CÂMPUS
GESTÃO 2012-2014
ATA Nº 16/2013**

1 Aos dezoito (18) dias do mês de **dezembro** de dois mil e treze (**2013**), às catorze (14) horas, na
2 Sala de Convenções do nono andar do prédio sede do Câmpus Porto Alegre do Instituto
3 Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – sito na Rua Coronel
4 Vicente, nº 281, no Centro desta capital, foi realizada a décima reunião ordinária do Conselho
5 deste Câmpus do ano de 2013, cuja pauta compreendeu, conforme convocação 16/2013
6 expedida pelo Presidente deste Conselho: **1. Aprovação da ata nº 15 /2013; 2. Deliberação**
7 **sobre Processo nº 23368.000556.2013-65 – Solicitação de Alteração de Regime de**
8 **Trabalho do Professor Odoaldo Ivo Rochefort Neto; 3. Análise dos processos de**
9 **solicitação de professor substituto de contabilidade e biblioteconomia encaminhados**
10 **pela DGP; 4. Deliberação sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em**
11 **Administração; 5. Deliberação sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em**
12 **Administração – EAD; 6. Deliberação sobre o parecer da Comissão de Assuntos**
13 **Administrativos, de Orçamento e Finanças sobre os Planos de Aplicação Orçamentária**
14 **de 2014 corrigidos; 7. Análise do Calendário Acadêmico 2014/2.** Iniciou-se a reunião em
15 segunda chamada às 14h29 com a presença do presidente em exercício, o Professor Cláudio
16 Vinicius Silva Farias, da secretária e dos conselheiros Ivan Francisco Diehl, Henrique Leonardi
17 de Oliveira, Douglas Neves Ricalde, Suzinara da Rosa Feijó, Martha Helena Weizenman,
18 Juliana Schmitt de Nonohay, André Rosa Martins. O Presidente iniciou a reunião, questionando
19 se todos receberam os itens da pauta e informando a existência de três inclusões: o processo
20 do professor Marcelo, o requerimento do professor Evandro e o processo da professora Aline
21 Ferraz da Silva, de afastamento sem necessidade de substituto. Questionados, todos
22 concordaram com as inclusões. Item 1. **Aprovação da ata nº 15 /2013.** O presidente informou
23 que foram feitas algumas solicitações de retificações, que já foram feitas pela secretária. **O**
24 **presidente coloca em votação: aprovado pela unanimidade dos presentes.** Item 2.
25 **Deliberação sobre Processo nº 23368.000556.2013-65 – Solicitação de Alteração de**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

26 **Regime de Trabalho do Professor Odoaldo Ivo Rochefort Neto.** O presidente esclarece que
27 o processo está com todas as devidas documentações, então o Conselho aprovando, serão
28 feitos os trâmites para encaminhar ao Conselho Superior. O professor Clúvio solicita, em nome
29 da CPPD, alteração do parecer da CPPD, pois após a emissão do parecer inicial, perceberam
30 algo que é novo, que em princípio o parecer havia sido totalmente favorável, só que há uma
31 nova lei que determina que o professor tem que cumprir um tempo na instituição antes de
32 mudar seu regime de trabalho, que é o tempo do afastamento. Referiu que, como o processo já
33 tinha saído da CPPD, já estava com o Douglas, não tinha mais como tirar a folha e colocar
34 outra folha, então resolveram encaminhar diretamente para a presidência do Conselho de
35 Campus o documento. Questionado pelo Presidente, informou que a solicitação é de
36 substituição do parecer. Questionado pelo professor Clúvio, o conselheiro Douglas disse que
37 não emitiu parecer, apenas pediu opinião à CPPD como Presidente da Comissão de Normas,
38 pois tinha dúvidas sobre essa questão, então o Clúvio e os colegas da CPPD esclareceram a
39 situação. Referiu que a situação é complicada, pois o professor se afastou antes da mudança
40 da lei, quando era possível a mudança de regime após o retorno do doutorado, mas agora com
41 a aprovação da lei da greve no final do ano passado isso não é mais possível. Disse que estão
42 no impasse porque o pedido dele é anterior à lei, mas a lei já está em vigor a partir do momento
43 em que ele retornou. Disse que entende que não teria direito, porque a lei já está vigente, mas a
44 questão é discutível e talvez tenha alguma brecha. O professor Clúvio retomou, referindo que
45 discutiram na CPPD e entendem que ele perdeu o direito em dezembro do ano passado e
46 voltou em 01 de agosto, haveria ali oito meses, o entendimento da CPPD é que ele teria que
47 cumprir o pedágio de oito meses e não de quatro anos, porque a lei muda retirando o direito
48 dele sem nenhuma possibilidade de que ele pudesse agir de maneira diferente. O novo parecer
49 é de que recomendam a mudança de regime de trabalho, cumprido o prazo entre o vigor da
50 nova lei e o seu retorno ao trabalho, que seria de oito meses e não de quatro anos. O
51 Conselheiro André falou que, contextualizando, já que é absolutamente novo e a lei é de 28 de
52 dezembro de 2012 e o professor Odoaldo retornou em agosto desse ano, a lei não pode vigir
53 em período anterior à sua promulgação, não tem efeito sobre período anterior à sua
54 promulgação. Referiu que o professor saiu antes da vigência da lei, a lei não pode retroagir para
55 aquele momento, mas a lei a partir de 28 de dezembro de 2012 ela vale. Mencionou que a sua



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

56 interpretação é a mesma da CPPD, existe um interstício do dia 28 de dezembro de 2012 até o
57 exato dia em agosto de 2013 em que voltou ao trabalho o prof. Odoaldo, que é necessário
58 cumprir até a emissão de uma eventual portaria de alteração de regime de trabalho. Encaminha
59 ao conselho que se aprove com essa consideração e que o processo seja assim encaminhado
60 ao Conselho Superior. Mencionou que esteve na reunião do CONSUP e que a próxima reunião
61 será só no dia 25 de fevereiro e até lá já teria os oito meses necessários para esse
62 entendimento, um entendimento diferente talvez só o Conselho Superior possa fazer. **O**
63 **presidente coloca em votação: aprovado pela unanimidade dos presentes.** Item 3. **Análise**
64 **dos processos de solicitação de professor substituto de contabilidade e biblioteconomia**
65 **encaminhados pela DGP.** O Presidente expôs o item de pauta, esclarecendo que as
66 contratações são para substituir a prof^a. Ângela que fez renovação do seu afastamento para
67 doutorado e a prof. Carmem na licença-gestante. Disse que o parecer da CEPE recomenda a
68 aprovação de ambas as contratações. **O presidente coloca em votação: aprovado pela**
69 **unanimidade dos presentes.** Item 4. **Deliberação sobre o Projeto Pedagógico do Curso**
70 **Técnico em Administração.** O presidente referiu que o assunto veio por encaminhamento do
71 Ensino para apreciação do Conselho e que isso foi assunto de pauta de reunião anterior e que
72 agora voltou, que faltava parecer da PROEN e PRODI, que a PRODI se isentou se dar parecer
73 e o parecer da PROEN é favorável. O conselheiro Douglas fez uma observação quando ao
74 conteúdo do PCC, referindo que na página 39 do PPC do presencial e 47 do EAD consta uma
75 informação incorreta quanto à biblioteca, que fala que se usa o sistema Pêrgamo, mas na
76 verdade hoje se usa o Aleph. **O presidente coloca em votação: aprovado pela unanimidade**
77 **dos presentes.** Item 5. **Deliberação sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em**
78 **Administração – EAD.** O presidente citou a documentação recebida pelos conselheiros acerca
79 do tema. O conselheiro André Rosa Martins encaminhou favoravelmente à homologação *ad*
80 *referendum*, pois foi tratado em março. Fez uma ressalva de que é necessário que o PCC
81 passe pela PROEN e PRODI, pois isso estava no contexto anterior em que equivocadamente
82 não era feito o fluxo correto, e que não pode ser tratado de modo diverso do que foram tratados
83 a informática, a biblioteconomia EAD, reiterando a necessidade do encaminhamento com as
84 devidas explicações especialmente para a PROEN do porquê de não se ter feito o
85 encaminhamento correto. O Presidente referiu que já falou com a Josiane e que pediu que ela



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

86 falasse com o Vinícius sobre isso e que o conselho aprovando *ad referendum* se encaminha
87 agora para parecer da PROEN. A conselheira Juliana destacou que agora se encerra essa
88 forma e que se siga os trâmites da PROEN, disse que ainda falta o parecer da PROEN de
89 química, meio-ambiente e PROEJA, que em 2014 zera e agora se segue de acordo com o
90 fluxo. O conselheiro André refere que a partir do técnico em administração subsequente já é o
91 fluxo. **O presidente coloca em votação: aprovado pela unanimidade dos presentes.** Item 6.
92 **Pedido de afastamento para doutorado da prof^a. Aline Ferraz.** O presidente apresentou o
93 processo de pedido de afastamento para doutorado, referindo que tem a manifestação da
94 CPPD favoravelmente ao afastamento, solicitando que as diretorias ensino e pesquisa tomem
95 as providências para garantia do processo. O conselheiro André explicou o que seriam as
96 providências para garantia, informando que o processo está instruído pela área acadêmica e
97 pela CPPD, faltando a instrução pela direção de ensino e da pesquisa antes que vá para a
98 reitoria. A proposta é que se faça o mesmo encaminhamento feito no caso da prof^a. Carolina,
99 devendo a direção de pesquisa se manifestar sobre o projeto de doutorado do servidor. **O**
100 **presidente coloca em votação: aprovado pela unanimidade dos presentes.** O presidente
101 refere que o caso do prof. Marcelo e do prof. Evandro são casos semelhantes, sendo o do prof.
102 Marcelo de 6 meses, solicitando ao CONCAMP autorização *ad referendum* e que a área junte
103 posteriormente a ata com o aceite e o prof. Evandro são dois meses. O prof. Evandro explica
104 que é um caso diferente, pois é nas férias e o impacto não é muito alto, que a área está ciente,
105 que tem uma formalização do colegiado mas será feita uma consulta específica pela área. O
106 presidente disse que pretendem ambos que a direção emita *ad referendum* e aguarde a
107 manifestação/ata da área para aprovação. O conselheiro André questiona se precisa a
108 documentação da CPPD, ao que o Presidente explica que não, pois o prof. Marcelo sai para
109 pós doc e no caso do prof. Evandro é uma missão de trabalho. O conselheiro André pede
110 explicações ao Prof. Clúvio, uma referência sobre o pós doutorado. O prof. Clúvio afirmou que a
111 legislação fala em *stricto sensu*, e a CPPD considera pós doc como *stricto sensu*, referindo que
112 neste caso seria importante uma manifestação da CPPD para instruir corretamente os
113 processos. O Presidente afirma que o caso do Evandro não precisa da CPPD, somente o caso
114 do Marcelo. O presidente refere que se aprova *ad referendum* condicionado à apresentação da
115 ata de área e pareceres pertinentes. **O presidente coloca em votação: aprovado pela**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

116 **unanimidade dos presentes, com abstenção do Prof. Evandro. 6. Deliberação sobre o**
117 **parecer da Comissão de Assuntos Administrativos, de Orçamento e Finanças sobre os**
118 **Planos de Aplicação Orçamentária de 2014 corrigidos.** O presidente apresentou o item,
119 referindo que se trata da área de informática e da área de química e tecnologia de alimentos,
120 destacado que o parecer da comissão é pela aprovação. O conselheiro André observou que
121 recebeu informação do Prof. Celson que alguns setores não fizeram as correções. A
122 Conselheira Juliana comentou que o ensino teria alguns ajustes a fazer. O conselheiro Evandro
123 questionou o conselheiro Douglas sobre eventual equívoco citado em seu relato em outra
124 reunião, ao que este esclareceu que foi enviado pelo Rodrigo para a Comissão o plano anual
125 quando na verdade o que estava sendo discutido eram projetos. O conselheiro André sugeriu
126 que fosse aprovado com a ressalva de que os setores que tem pendências façam as correções.
127 **O presidente coloca em votação: aprovado pela unanimidade dos presentes.** O Presidente
128 pediu que a secretária entrasse em contato com o Celson para verificar quem falta corrigir e que
129 seja colocado na próxima reunião. Item 7. **Análise do Calendário Acadêmico 2014/2.** A
130 conselheira Juliana pede vista do processo para fazer parecer da CEPE. Passando para
131 assuntos gerais, o Conselheiro Henrique se manifesta acerca do recesso, apresentando um
132 documento de manifesto contrário à portaria da reitora sobre revezamento e compensação. O
133 conselheiro fez a leitura do documento em plenário. Informou que após o envio aos técnicos a
134 direção emitiu portaria definindo os setores essenciais e que a partir daí não seguir adiante com
135 a reivindicação. A idéia inicial era criar um documento semelhante a este que fosse
136 apresentado como moção de repúdio à portaria da reitora e à ordem de serviço nº 003.
137 Relembrou que quando da aprovação dos calendários 2013/2 e 2014/1 não foi discutido o
138 recesso. Observou que a proposta recebida de calendário 2014/2 que será discutido na pauta
139 de hoje traz a expressão “recesso escolar”, devendo ser discutido a que se refere recesso
140 escolar. Disse que acha que foi um erro de encaminhamento dos conselheiros do CONCAMP e
141 que acabou abrindo brecha para que viesse alguma ordem que desrespeita uma decisão do
142 plenário. O conselheiro André concorda com conselheiro Henrique, inclusive que os
143 desdobramentos eram direcionados aos servidores técnico-administrativos, que não há como
144 pensar diferente, já que os docentes tem controle de registro de frequência diferenciado e,
145 portanto, essa ordem estava destinada a ser seguida basicamente aos TAE. Refere que assistiu



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

146 a reunião do Conselho Superior, onde o colega Rafael representante dos TAE também leu a
147 manifestação dos servidores técnicos do Campus Porto Alegre em relação àquela portaria
148 específica e foi nítido o constrangimento da Presidente do Conselho Superior, nossa reitora e
149 do diretor geral em relação a essa situação que eles mesmos criaram, já que a leitura que eles
150 fizeram foi feita de uma forma como nunca foi feita, deveria estar voltada aos serviços
151 essenciais ao atendimento do público externo. Registrou que deve ser melhor observado isso
152 quando da aprovação do calendário acadêmico porque não foi aprovado com a devida atenção,
153 que se o Conselho Superior delegou ao CONCAMP a prerrogativa exclusiva de votar calendário
154 acadêmico, só quem pode revogar a decisão do CONCAMP é o próprio Conselho Superior. Os
155 conselheiros Martha, Douglas, André e Sabrina comentaram o assunto. Dada a palavra ao
156 Conselheiro André, este elogiou o conselho e ao presidente que conduziu a reunião por ter
157 conseguido cumprir a pauta mesmo com dificuldades de quorum, inclusive por ter sido
158 aprovadas propostas importantes e as demandas incluídas de última hora. Informou que na
159 última reunião do Conselho Superior um colega teve sua proposta simplesmente
160 desconsiderada, que o Conselho Superior não teve qualquer sentimento de preservação da
161 figura humana do colega servidor, pois a demanda sequer pôde ser incluída na pauta. Ficou
162 constrangido pela forma como o colega foi tratado no Conselho Superior. Afirmou que o colega
163 foi a partir da conselheira Juliana, apresentou sua pauta e sequer foi ouvido. Aqui no Conselho
164 de Campus o tratamento é diferenciado, apesar das dificuldades e dos erros, as questões
165 trazidas pelos servidores são tratadas, seja docente, seja técnico-administrativo, não é feita
166 qualquer manifestação para impedir ou colocar barreiras as demandas dos colegas. A
167 conselheira Juliana destacou a discrepância da decisão do CONCAMP com a DGP e gostaria
168 de tentar uma forma de reverter a situação dos colegas Ângelo e Alexandre. O conselheiro
169 André informa que legalmente quem pode dirimir qualquer divergência o Conselho Superior é a
170 instância competente. O prof. Cluvio se manifestou informando que estava na reunião
171 representando o colegiado da CPPD e que alguns conselheiros fizeram barulho e não
172 aceitaram que ninguém de fora se manifestasse, que a fala do colegiado da CPPD foi
173 desrespeitada, que no CONCAMP a CPPD tem voz e está lutado para ter também no Conselho
174 Superior, que entende que o Campus deveria tomar uma atitude. O conselheiro André retomou
175 o assunto da Ramiro. Disse que sexta-feira terá reunião da comissão de negociação do IFRS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

176 com a comissão da UFRGS, referiu que recebeu ofício da reitora solicitando a cedência de mais
177 quatro gabinetes para a UFRGS, a secretaria já definiu que isso será feito e que os envolvidos
178 serão alocados no prédio da Coronel Vicente em janeiro de 2014. Mostrou sua preocupação
179 com a possibilidade da UFRGS pedir mais espaços e com os cursos - Química e Biotecnologia -
180 que permanecerão na Ramiro com a restrição do espaço e com a qualidade de ensino pesquisa
181 e extensão que lá acontecem. Ainda, falou da questão da biblioteca, refere que os servidores
182 são insuficientes para atender diariamente a abertura de uma biblioteca no prédio da Ramiro, o
183 que causará prejuízo aos alunos. Comentou a transferência do curso de panificação e
184 confeitaria, que existe uma perspectiva que a direção passou de que ao final da primeira
185 quinzena de janeiro a obra já esteja concluída e já se possa fazer a transferência de
186 equipamentos e materiais da panificação. Registrou que a condição que terá para começar o
187 semestre de 2014 ainda terá muita dificuldade para esse curso, principalmente porque hoje
188 todos os gabinete para aulas de análise sensorial não estarão prontos no prazo, bem como os
189 móveis de apoio que também não são importantes, essa lacuna vai criar dificuldades para os
190 alunos devido ao processo de adequação dos espaços. Pediu à direção um esforço ainda maior
191 para que a transição se faça de uma melhor forma. Relembrou várias situações difíceis
192 vivenciadas pelo curso de panificação, ressaltando que há uma série de pendências ainda a
193 ajustar. A conselheira Juliana perguntou ao presidente como estão os projetos para laboratórios
194 de química e biotecnologia, ao que o presidente disse que depois responderá. O conselheiro
195 Douglas se manifestou acerca da manifestação sobre o recesso, parabenizando os técnico-
196 administrativos pelo manifesto. Sobre a Portaria nº 597/2013, que definiu serviços essenciais,
197 referiu que a definição demonstra que outros serviços não são essenciais. Observou a
198 possibilidade de manutenção no prédio e possibilidade de faltar água, entendendo que o prédio
199 todo deve ser interditado. Informou que percebeu no site da reitoria a notícia da foto da Reitora
200 recebendo oficialmente o prédio do IFRS, mas em nenhum momento foi mencionado que o
201 IFRS atua também na Ramiro. Falou sobre o convênio assinado com a UFRGS sobre a sede
202 Ramiro, e que o convênio termina em janeiro de 2014, e que não há informação oficial sobre
203 como será após 2014. Falou sobre as condições do espaço físico da biblioteca, que considera
204 inadequado e insalubre. Ressaltou um odor desagradável na biblioteca da sede do centro.
205 Perguntou sobre a situação do convênio e como ficará a situação a partir de 2014. O



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

206 conselheiro André apartou, registrando que os reservatórios de água de hoje são espaços
207 confinados e sua limpeza e impermeabilização desses espaços são atividades de alto risco, e
208 que é importante que ninguém passe sequer por perto quando ocorre esse tipo de execução de
209 limpeza. O conselheiro Douglas se manifestou em nome da CIS sobre a dificuldade de
210 agendamento de reuniões com a DGP ou com algum setor da Reitoria, e as reuniões são feitas
211 sem cronograma prévio e sem discussão com os envolvidos e são marcadas sem
212 antecedência. Saudou o Conselho de Campus, CIS e CPPD por proporcionar debates e que
213 estamos conseguindo discutir e tomar decisões coletivas importantes, manifestando seu
214 descontentamento com relação ao procedimento da DGP. Ressaltou a importância de se tomar
215 uma atitude com relação ao comportamento da DGP. Destacou a importância de que os
216 debates ocorram. A conselheira Sabrina agradeceu a secretária por ter avisado aos
217 conselheiros sobre o pagamento dos bolsistas. A Conselheira Martha referiu que só se tem uma
218 previsão quando o dinheiro chega. Seguiu-se a discussão sobre os pagamentos dos bolsistas.
219 O presidente disse que ficou contente com as informações sobre o CONSUP, ainda que as
220 informações não tenham sido boas, porque às vezes a direção recebe críticas que tenta
221 explicar e tem situações que só a experiência dá o devido entendimento. Falou sobre a
222 composição do CONSUP e suas decisões. Referiu que essas são as dores do processo
223 democrático e refere que estamos sujeitos aos constrangimentos. Falou da importância das
224 manifestações do conselho sobre essas decisões, e que por vezes os embates e discordâncias
225 fazem parte do processo de aprendizagem. Sobre o informe trazido pelo conselheiro Henrique
226 disse que não entendeu, que pareceu que ele falava de uma coisa e o conselheiro Douglas de
227 outra. Explicou o teor da Portaria sobre os serviços essenciais. Os conselheiros Henrique
228 Martha e Douglas se manifestaram. Sobre a comunicação no site da Reitoria o presidente diz
229 que ficou constrangido. Sobre o convenio com a UFRGS foi manifestada ao Prof. Julio a
230 necessidade de renovação e que já há tratativas nesse sentido. Sobre as obras, a idéia é que
231 ocorrem 3 licitações, uma que está em execução, a segunda em janeiro e a terceira da
232 informática. Segundo a Milene só falta projeto hidráulico, elétrico e PPCI para finalizar o projeto
233 da informática para que em janeiro se possa lançar a licitação para a reforma, que deve durar
234 cerca de seis meses, passando então a informática para lá. Em seguida estaria livre para
235 começar as obras da química e biologia no 5 6 e 7 andar. Disse que não quer fazer previsões,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

236 mas que acha que tem como trazer todos os cursos da Ramiro já em 2014. Disse que ficou feliz
237 com a vinda das aulas teóricas de química, que já foram liberados seis gabinetes para
238 professores. A prof. Sabrina afirmou que ficou muito decepcionada com o e-mail da nova
239 Diretora de Ensino sobre a mudança da Ramiro para a sede Coronel Vicente. O Presidente
240 informou que entende que não se deve tratar por e-mail assuntos importantes. Confirmou que a
241 direção não quer que os professores façam a mudança e que não entregará as salas na sexta-
242 feira. A direção do campus vai se encarregar disso. O Prof. Cluvio agradeceu ao conselho pelo
243 voto de confiança sobre o PPC do curso técnico em Adm EAD, permitindo que o ensino já
244 pudesse pensar nos horários garantindo a aprovação na PROEN. O conselheiro André entrega
245 ofício destinado à direção, destacando que este mesmo ofício foi dado à Reitora também, a
246 respeito das questões da Ramiro. O conselheiro André convidou o Presidente para a reunião
247 sexta-feira. O presidente em exercício deu por encerrada a sessão. Nada mais havendo a
248 constar, eu, Luciele Daiana Wilhelm Meira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será
249 assinada por mim e pelos presentes. Porto Alegre, dezoito de dezembro de dois mil e treze.

Luciele Daiana Wilhelm Meira – Secretária do CONCAMP _____

Cláudio Vinicius Silva Farias _____
(Presidente em exercício)

Ivan Francisco Diehl _____

Alex Adair Vargas Cardoso _____ AUSENTE _____

Katiry Brasil Barbosa _____ AUSENTE _____

Crissia Andréa Hoffmann de Castro _____

Yuri Ferreira Machado _____ AUSENTE _____

César Germano Eltz _____

Henrique Leonardi de Oliveira _____
(suplente)

Douglas Neves Ricalde _____



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

Suzinara da Rosa Feijó _____

Martha Helena Weizenman _____
(suplente)

Juliana Schmitt de Nonohay _____

Claudia do Nascimento Wyrvalski _____

Evandro Manara Miletto _____

Sabrina Letícia Couto da Silva _____

André Rosa Martins _____

José Francisco Nunes Fernandez _____ AUSENTE _____

Vera Maria da Costa Dias _____ AUSENTE _____